



**Processo Legislativo nº.46423/2024**

**Projeto de Lei nº 72/2024**

**Relator: Francisco Paulo de Oliveira – União Brasil**

### **PARECER Nº350/2025**

*Da comissão de justiça e redação, sobre o projeto de lei nº 72/2024, de iniciativa do Vereador Vilson Cordeiro “Dispõe sobre o direito de toda mulher a ter acompanhante durante procedimentos médicos, nos estabelecimentos públicos e privados de saúde.”*

#### **I – RELATÓRIO**

Trata-se do veto parcial apostado pelo Chefe do Poder Executivo Municipal ao Projeto de Lei nº 72/2024, de autoria do Vereador Vilson Cordeiro, que dispõe sobre o direito de toda mulher a ter acompanhante durante procedimentos médicos realizados em estabelecimentos públicos e privados de saúde no Município de Araucária.

O veto incide sobre os artigos 7º e 9º do texto aprovado pelo Legislativo, conforme as razões encaminhadas pelo Prefeito Municipal e o Parecer da Procuradoria-Geral do Município nº 872/2025, que apontam vício de iniciativa e ofensa aos princípios da separação e harmonia entre os Poderes.

#### **II – ANÁLISE**

De acordo com as razões do veto, os dispositivos vetados tratam de matéria administrativa e orçamentária, cuja iniciativa é de competência privativa do Chefe do Poder Executivo, nos termos do art. 61, §1º, II, alíneas “b” e “e” e art. 84, VI, da Constituição Federal, aplicando-se, por simetria, aos entes municipais.

O artigo 41, inciso V, da Lei Orgânica do Município de Araucária também confere ao Prefeito a iniciativa privativa de leis que disponham sobre a criação e estruturação das atribuições de órgãos da administração pública, direta ou indireta.

Ao prever sanções administrativas (art. 7º) e a forma de custeio orçamentário da execução da norma (art. 9º), o projeto de lei extrapolou o limite da função legislativa, invadindo a esfera de organização e funcionamento da Administração Pública Municipal.

A Procuradoria-Geral do Município ainda observou que não foi apresentada estimativa de impacto orçamentário e financeiro, como determina o art. 113 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) e o art. 16 da Lei Complementar nº





101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), o que reforça a inconstitucionalidade formal e material dos dispositivos vetados

*Art. 113. A proposição legislativa que crie ou altere despesa obrigatória ou renúncia de receita deverá ser acompanhada da estimativa do seu impacto orçamentário e financeiro.*

*Art. 16. A criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento da despesa será acompanhado de: (Vide ADI 6357)*

*I - estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subsequentes;*

Assim, verifica-se que o veto parcial encontra amparo na necessidade de resguardar o princípio da separação dos poderes (art. 2º da Constituição Federal e art. 7º da Constituição do Estado do Paraná) e de manter a competência administrativa do Poder Executivo Municipal, evitando que o Legislativo adentre matéria reservada à gestão e execução de políticas públicas. Fiscal.

### III – VOTO

Diante de todo o exposto e, com base no que verificou-se através do presente, no que compete à Comissão de Justiça e Redação, o Veto ao projeto 72/2024, apresenta significada razão em seu teor. Assim, SOMOS PELA MANUTENÇÃO DO VETO DO EXECUTIVO MUNICIPAL, ao qual deve ser dado ciência aos vereadores, bem como, submetido a deliberação plenária para apreciação, nos termos do Art. 174 do Regimento Interno desta Câmara.

Dessa forma, submeto o parecer para apreciação dos demais membros da comissão.

É o parecer.

**Araucária, 21 de outubro de 2025**



**FRANCISCO PAULO DE OLIVEIRA**

21/10/2025 13:48:30

CÂMARA MUNICIPAL DE  
ARAUCÁRIA  
Assinatura digital avançada com certificado digital não ICP-  
Brasil.

**Francisco Paulo de Oliveira**

**RELATOR CJR**





**DIRETORIA DO PROCESSO LEGISLATIVO – DIPROLE**  
**SALA DAS COMISSÕES TÉCNICAS**

**VOTAÇÃO DE PARECER**

Na reunião realizada no dia 23 de outubro de 2025 na Sala do Diprole da Câmara Municipal de Araucária, os Vereadores Vagner José Chefer e Pedro Ferreira de Lima, membros da Comissão de Justiça e Redação, votaram favoráveis ao Parecer nº 350/2025-CJR, referente ao Veto ao Projeto de Lei nº 72/2024.

Araucária, 23 de outubro de 2025.



**VAGNER JOSÉ CHEFER**

23/10/2025 11:47:43

CÂMARA MUNICIPAL DE  
**ARAUCÁRIA**  
Assinatura digital avançada com certificado digital não ICP-  
Brasil.



**PEDRO FERREIRA DE LIMA**

23/10/2025 16:19:15

CÂMARA MUNICIPAL DE  
**ARAUCÁRIA**  
Assinatura digital avançada com certificado digital não ICP-  
Brasil.

